Os tribunais, o Privy Council e a profissão jurídica

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A Supreme Court of the Straits Settlements

A transferência foi seguida de uma reorganização dos tribunais. O Judicial Duties Act de 1867 criou o cargo de Chief Justice (presidente do tribunal). Em 1868, a Supreme Court Ordinance extinguiu a Court of Judicature of Penang, Singapore and Malacca e a substituiu pela Supreme Court of the Straits Settlements.[1] O novo tribunal era composto de juízes profissionais, o que pôs fim à participação do Governor e dos Resident Councillors, fonte de atritos sob as Charters. A Courts Ordinance de 1873 conferiu à Supreme Court competência para atuar como Court of Appeal.[2]

O tribunal cresceu com a colônia. Uma ordinance de alteração de 1885 elevou o número de juízes para quatro: um Chief Justice e três puisne judges. Uma ordinance de 1889 exigiu que as apelações fossem julgadas por no mínimo três juízes e decididas por maioria.[3] Depois da fusão dos júris especial e comum em 1890, o primeiro julgamento de homicídio perante um júri comum ocorreu em dezembro

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

daquele ano.[4] Entre os Chief Justices do período estavam Sir Theodore Thomas Ford, nomeado em março de 1886, e Edward Loughlin O'Malley, ex-Attorney-General de Hong Kong, que assumiu o cargo em fevereiro de 1890.[5]

O Privy Council como última instância

Acima da Supreme Court estava o Judicial Committee of the Privy Council, em Londres, que julgava apelações vindas dos tribunais das colônias. O Privy Council ligava o sistema jurídico colonial à mais alta autoridade judicial do império e assegurava certo grau de uniformidade na interpretação da common law entre as colônias. Sua decisão de 1875 em *Yeap Cheah Neo v Ong Cheng Neo*, discutida na Parte A, ilustra seu papel na definição dos limites do costume local.[6]

Para mercadores e investidores, o Privy Council era uma garantia. Uma parte que duvidasse da imparcialidade ou da competência dos tribunais locais podia, em causas de valor suficiente, levar a questão a Londres. Poucos o faziam, dado o custo e a demora, mas a possibilidade reforçava a confiança no sistema. A apelação ao Privy Council sobreviveu à independência e só foi abolida em 1994, quando a Court of Appeal de Singapura se tornou a última instância, evolução registrada na Parte A.

A profissão jurídica

A profissão jurídica da colônia cresceu com seu comércio. Advocates and solicitors, admitidos pela Supreme Court e atuando numa profissão unificada, representavam os mercadores em juízo e em transações. Uma ordinance de 1886 regulou a fixação e a cobrança de seus honorários e custas.[7] Escritórios de advocacia fundados no período colonial, alguns dos quais sobrevivem com o nome original ou como parte de escritórios modernos, atendiam as Agency Houses, bancos, companhias de navegação e mercadores chineses.

A partir do final do século XIX, um número crescente de Straits Chinese obteve habilitação como barristers na Inglaterra e voltou para advogar em Singapura. Entre eles estava Song Ong Siang, mais tarde historiador dos chineses de Singapura.[8] Esses advogados integravam a ponte entre as comunidades descrita no Capítulo V da Parte

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A. Sua presença ajudou os mercadores chineses a usar os tribunais coloniais e os instrumentos do direito inglês, inclusive sociedades e trusts, em seus negócios e famílias.

Notas

1. Supreme Court of Singapore, "Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law", judiciary.gov.sg (acesso em outubro de 2026): o Judicial Duties Act 1867 criou o cargo de Chief Justice; a Supreme Court Ordinance 1868 "abolished the Court of Judicature of Penang, Singapore and Malacca and replaced it with the Supreme Court of the Straits Settlements". ↩
2. Supreme Court of Singapore, "Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law", judiciary.gov.sg (acesso em outubro de 2026): a Courts Ordinance 1873 "conferred on the Supreme Court of the Straits Settlements the jurisdiction to sit as a Court of Appeal". ↩
3. "Chapter VIII: 1885–1890", *Malaya Law Review*, v. 11, n. 1, julho de 1969: a Ordinance 15 de 1885 elevou o número de juízes para quatro; a Ordinance 19 de 1889, s. 6, exigiu que as apelações fossem julgadas "before not less than three Judges". ↩
4. "Chapter VIII: 1885–1890", *Malaya Law Review*, v. 11, n. 1, julho de 1969, sobre a fusão dos jurados especiais e comuns pela Ordinance 11 de 1890 e o primeiro julgamento de homicídio perante júri comum em dezembro de 1890. ↩
5. "Chapter VIII: 1885–1890", *Malaya Law Review*, v. 11, n. 1, julho de 1969, sobre as nomeações de Ford (março de 1886) e O'Malley (fevereiro de 1890). ↩
6. *Yeap Cheah Neo v Ong Cheng Neo* (1875) LR 6 PC 381; ver Parte A, Capítulo III. ↩
7. "Chapter VIII: 1885–1890", *Malaya Law Review*, v. 11, n. 1, julho de 1969: a Ordinance 17 de 1886 conferiu aos profissionais do direito "certain rights, privileges, and duties … in reference to the taxation and recovery of their costs". ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

8. Song Ong Siang foi admitido no English Bar e advogou em Singapura a partir da década de 1890; é autor de *One Hundred Years' History of the Chinese in Singapore*, Londres, John Murray, 1923. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com